

# Tecnologia e inovação na gestão pública: enfrentamento de crises com transparência e participação popular no âmbito da Lei nº 13.979/2020

 [rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/piratelli20](http://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/piratelli20)

# RDAI

REVISTA DE  
DIREITO  
ADMINISTRATIVO E  
INFRAESTRUTURA

## Autores

---

- João Paulo Machado Piratelli Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)
- José Osório do Nascimento Neto Faculdade Estácio (Curitiba, Paraná, Brasil)

## DOI:

---

<https://doi.org/10.48143/rdai.20.jp.piratelli>

## Palavras-chave:

---

Pandemia, Transparência, Licitação, Corrupção, Contratações públicas

## Resumo

---

A investigação analisa as ações da administração pública relacionadas à Lei 13.979/2020, objetiva enfatizar a existência de inovação regulatória no procedimento de contratação e destacar de que maneira a tecnologia poderá auxiliar a gestão no sentido de resolução de crises, garantindo transparência nas decisões e participação popular na fiscalização. Delimita-se no âmbito da gestão federal, com recorte no período dos meses de março/2020 até junho/2021. Estruturou-se a partir de casos específicos em que se aplicou o método indutivo auxiliado pelo procedimento de análise mediante revisão sistemática de documentos (artigos científicos, periódicos de notícias e dados oficiais). Inicia demonstrando as principais mudanças resultantes da alteração no regime emergencial de contratação pública. Desenvolve elencando as inovações trazidas na lei e o impacto sofrido pela gestão nas contratações diretas mediante a necessidade de enfrentamento da crise pandêmica. Destaca a flexibilização e as novas políticas engendradas pelo governo federal, assim como projetos criados pela sociedade civil organizada para que as contratações executadas ocorressem de modo transparente. Destaca, observando a aplicação prática, como ferramentas tecnológicas podem auxiliar no processo de gestão e até mesmo propiciar a criação de uma cultura mais participante e transparente. Evidencia como a iniciativa popular está contribuindo na gestão do bem público coletivo aumentando a fiscalização popular e o combate ao desvio de recursos públicos. Apresenta casos de ilícitudes nas contratações divulgados na imprensa que

geraram ação dos órgãos fiscalizadores e da polícia, e descreve os principais trabalhos desenvolvidos pelos órgãos federais de controle. Enumera ações de combate de desvios relacionados com a pandemia. Na conclusão, comenta como a inteligência artificial e a tecnologia dão transparência nas contratações pública. Finalmente, considera que a pandemia potencializou a necessidade de maior transparência nas contratações públicas, a eminente necessidade de avanço na forma de administração e, ainda, como a tecnologia serve na prestação de contas, nas medidas anticorrupção e na gestão participativa.

## Biografia do Autor

---

### **João Paulo Machado Piratelli, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil)**

---

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Direito Econômico e Socioambiental na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba, Paraná, Brasil). Coursou especialização em Sistema de Justiça Criminal pela Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU (Brasília, Distrito Federal, Brasil) e especialização em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera Uniderp. Bacharel em Direito titulado pela Faculdade de Direito da UniCuritiba, Centro Universitário de Curitiba. Atua como assessor no Ministério Público Federal.

 [0000-0003-3950-7733](https://orcid.org/0000-0003-3950-7733) | [joao.paulo.mp@hotmail.com](mailto:joao.paulo.mp@hotmail.com)

### **José Osório do Nascimento Neto, Faculdade Estácio (Curitiba, Paraná, Brasil)**

---

Professor Bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Estácio (Curitiba, Paraná, Brasil). Professor Pesquisador de Direito Administrativo no Centro Universitário Autônomo do Brasil. Doutor em Direito Econômico e Socioambiental pela PUCPR com estágio de pós-doutorado em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

 [0000-0002-1798-4603](https://orcid.org/0000-0002-1798-4603) | [osorio.nascimento@gmail.com](mailto:osorio.nascimento@gmail.com)

## Referências

---

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. Tribunais de contas – natureza, alcance e efeitos de suas funções. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 391-407, 2021. DOI: 10.48143/rdai/16.bandeirademello. Disponível em: [<https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/278>]. Acesso em: 02.08.2021.

BARCELLOS MALIN, A. M.; DOS SANTOS ALVES, T.; MELO QUINTSLR, M. M.; NETO MACHADO, L.; DA COSTA MAIA LOPES, B.; DE JESUS MOREIRA, D. L.; CARDOSO GOMES, J. COVID-19: acesso à informação pública no Brasil – Relatório de Pesquisa. Liinc em Revista, v. 16, n. 2, p. e5370, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5370. Disponível em: [<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5370>]. Acesso em: 30.06.2021.

BBC COVID map: Coronavirus cases, deaths, vaccinations by country. BBC, 2021. Disponível em: [<https://www.bbc.com/news/world-51235105>]. Acesso em: 06 jul. 2021.

BRASIL, Cristina Indio do. Operação Placebo aprofunda investigações sobre corrupção na saúde: São cumpridos 12 mandados de busca e apreensão em SP e no Rio. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 26 maio 2020. Disponível em:

[<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/operacao-placebo-aprofunda-investigacoes-sob> Acesso em: 29.06.2021.

CARVALHO, Mariana Oliveira de. Princípio da transparência no novo direito administrativo. Revista Controle – RTCE, ano 16, n. 13.1, p. 108-124, jan.-jun. 2015. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/periodico/161/21061/37980>]. Acesso em: 29.06.2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Painel contratações relacionadas à Covid-19. Brasília, 2021. Disponível em: [<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTEoNzc4NDctMTIoOCooOWVjLThjMmQtM2U3MTFkY2U2MTU2> Acesso em: 27.06.2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU recuperou R\$ 7,1 bi de fraudes no auxílio emergencial: Ministro Wagner Rosário foi entrevistado no Sem Censura. In: Agência Brasil. Brasília, 28 jun. 2021. Disponível em: [<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/cgu-recuperou-r-71-bi-de-fraudes-no-auxilio-em> Acesso em: 02.07.2021.

COVAXIN: Entenda as suspeitas sobre compra da vacina pelo governo Bolsonaro. In: BBC News: Brasil, 28 jun. 2021. Disponível em: [<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57639980>]. Acesso em: 01.07.2021.

CROQUER, Gabriel. Em 1 ano, PF investiga mais de R\$ 2 bi em supostos desvios da Covid: Foram realizadas 76 operações, com 1.160 mandados de busca e apreensão, 12 prisões preventivas e 135 prisões temporárias. R7: Novo Coronavírus. Brasil, 21 abr. 2021. Disponível em: [<https://noticias.r7.com/brasil/em-1-ano-pf-investiga-mais-de-r-2-bi-em-supostos-desvios-da-COVID-2> Acesso em: 29.06.2021.

DESORDI, D.; BONA, C. D. A inteligência artificial e a eficiência na administração pública. Revista de Direito, v. 12, n. 02, p. 1-22, 2020. DOI: 10.32361/202012029112. Disponível em: [<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9112>]. Acesso em: 30.06.2021.

ESTRATÉGIA integrada do Governo Federal resulta em 70 operações policiais contra fraudes no Auxílio Emergencial: Nesta quinta-feira (29.04), uma nova ação da Polícia Federal em sete estados resultou no cumprimento de 37 Mandados de Busca e Apreensão, cinco de Prisão Temporária e três de Sequestro de Bens. Governo do Brasil: Ministério da Cidadania, 29 abr. 2021. Disponível em: [<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-so> Acesso em: 02.07.2021.

FORIGO, Camila Rodrigues. Controle da corrupção na Administração Pública: Umaperspectiva através do compliance. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 153, p. 17-40, mar. 2019.

FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra; VOLPI NETO, Angelo. Inteligência Artificial e Governo Eletrônico. *Information Management*, São Paulo, p. 56-57, 1 mar. 2017. Disponível em: [<https://docmanagement.com.br/revista-information-management-58>]. Acesso em: 11.07.2021.

ISHIKAWA, Lauro; ALENCAR, Alisson Carvalho de. Compliance inteligente: o uso da inteligência artificial na integridade das contratações públicas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 57, n. 225, p. 83-98, jan.-mar. 2020. Disponível em: [[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril\\_v57\\_n225\\_p83](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril_v57_n225_p83)]. Acesso em: 01.06.2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993 (LGL199378)*. 3. ed. São Paulo: Ed. RT, 2019. 6 Mb. e-PUB.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 5. ed. São Paulo: Ed. RT, 2018. 6 Mb. e-PUB.

LIMA, Edcarlos Alves. Aquisição de bens e insumos e contratação de serviços para o enfrentamento da emergência gerada pela pandemia do novo coronavírus. In: FLORIANO, Eduardo de Souza; CUNHA, Bruno Santos; TAVARES, Gustavo Machado (Coord.). *Direito municipal em debate*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. 5. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4188/4377/30179>]. Acesso em: 28.06.2021.

LIMA, Luiz Henrique. Direito Público de emergência e controle externo na pandemia da Covid-19: lições para o futuro? In: LIMA, Luiz Henrique; GODINHO, Heloísa Helena Antonacio M.; SARQUIS, Alexandre Manir Figueiredo (Coord.). *Os desafios do controle externo diante da pandemia da Covid-19: estudos de Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4109/4290/28264>]. Acesso em: 30.06.2021.

MADUREIRA, Claudio. *Licitações, contratos e controle administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: [<https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4192>]. Acesso em: 30.06.2021.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 14, n. 56, p. 127-146, abr.-jun. 2014. Disponível em: [<https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/96>]. Acesso em: 04.08.2021.

MENEZES, Beatriz Guimarães; VARGAS, Daniel Barcelos; RANGEL, Isa Mota. Dispensas de licitação durante a COVID-19: como os estados brasileiros motivam suas decisões? *Revista Estudos Institucionais*, v. 7, n. 1, p. 126-181, jan.-abr. 2021. Disponível em: [<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/607>]. Acesso em: 30.06.2021.

MILESKI, Helio Saul. A transparência da Administração Pública pós-moderna e o novo regime de responsabilidade fiscal. Revista Técnica dos Tribunais de Contas – RTTC, Belo Horizonte, ano 1, n. 0, p. 115-149, set. 2010.

NEVES, Eliane. Governo pagou R\$ 10 bilhões indevidamente de auxílio emergencial, diz CGU. UOL Notícias: Economia. Alagoas, Brasil, 21 jun. 2021. Disponível em: [\[https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/21/governo-pagou-r-10-bilhoes-indevidamente\]](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/21/governo-pagou-r-10-bilhoes-indevidamente) Acesso em: 02.07.2021.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de Covid-19. Belo Horizonte: Fórum, 2020. Disponível em: [\[https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4057\]](https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4057). Acesso em: 28.06.2021.

NÃO ACOMPANHOU a CPI da Covid? Veja o que rolou até aqui: Relatos sobre tentativa de mudar a bula da cloroquina e sobre atraso na compra de vacinas da Pfizer e da Coronovac. Governo chegou a discutir, mas descartou intervenção em Manaus. G1: Política. Brasil, 15 maio 2021. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/15/cpi-da-COVID-principais-pontos.ghtml\]](https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/15/cpi-da-COVID-principais-pontos.ghtml). Acesso em: 30.06.2021.

NÓBREGA, Marcos; TORRES, Ronny Charles L. de. Processo administrativo e requisições: contratações públicas em tempos de pandemia e as lições para o desenvolvimento de um e-marketplace no Brasil. In: FERNANDES, Ana Luiza Jacoby; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby (Coord.). Direito provisório: Espin – Covid-19 – Soluções para Temas Polêmicos. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: [\[https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4177/4363/29875\]](https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4177/4363/29875). Acesso em: 30.06.2021.

OPERAÇÃO da PF combate fraudes contra benefícios emergenciais: As ações estão sendo realizadas em oito estados. Agência Brasil. Brasília, 17 jun. 2021. Disponível em: [\[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/operacao-da-pf-combate-fraudes-contrabeneficiarios\]](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-06/operacao-da-pf-combate-fraudes-contrabeneficiarios) Acesso em: 02.07.2021.

OPERAÇÃO Nudus investiga fraudes em contratações emergenciais para compra de insumos hospitalares em São Paulo: PF identifica fraudes em compras de aventais descartáveis realizadas pela Autarquia Hospitalar Municipal da Prefeitura de São Paulo. Ministério da Justiça e Segurança Pública: Polícia Federal. São Paulo: Comunicação Social da Polícia Federal em São Paulo, 6 ago. 2020. Disponível em: [\[https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/08-noticias-de-agosto-de-2020/operacao-nudus-investiga\]](https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/08-noticias-de-agosto-de-2020/operacao-nudus-investiga) Acesso em: 30.06.2021.

OPERAÇÃO Sangria: entenda a operação da PF que investiga desvios na saúde no Amazonas. G1 Amazonas. Manaus, 6 jun. 2021. Disponível em: [\[https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/02/operacao-sangria-entenda-a-operacao-da-pf-q\]](https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/06/02/operacao-sangria-entenda-a-operacao-da-pf-q) Acesso em: 29.06.2021.

PRESIDENTE Bolsonaro sanciona nova Lei de Licitações: Novo marco legal estabelece cinco modalidades de contratação e traz critérios de julgamento inéditos, além de tipificar crimes. Governo do Brasil: Ministério da Economia. Brasília, 5 abr. 2021. Disponível em: [\[https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/presidente-bolsonaro-sanciona-nova-lei-de-li\]](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/presidente-bolsonaro-sanciona-nova-lei-de-li) Acesso em: 30.06.2021.

RECK, Janriê Rodrigues; BEVILACQUA, Maritana Mello. O direito fundamental à boa administração pública como linha interpretativa para a Lei de Improbidade Administrativa. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 20, n. 79, p. 187-206, jan.-mar. 2020.

RIBEIRO PINTO, J. I.; FERREIRA PINTO, R. N. Regimes jurídicos excepcionais nas contratações públicas e compliance em tempos de pandemia. Revista Controle – Doutrina e Artigos, v. 19, n. 1, p. 296-333, 14 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v19i1.641>. Disponível em: [\[https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/641\]](https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/641). Acesso em: 24.06.2021.

SCHRAMM, Fernanda Santos. Compliance nas contratações públicas. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: [\[https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3890\]](https://www.forumconhecimento.com.br/livro/3890). Acesso em: 30.06.2021.

SC perde 20 secretário por suspeita de fraude em compra de respiradores. UOLNotícias: Coronavírus. São Paulo, 11 maio 2020. Disponível em: [\[https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/11/sc-perde-2-secretario-por-susp\]](https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/11/sc-perde-2-secretario-por-susp) Acesso em: 30.06.2021.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. Inteligência Artificial auxilia fiscalização do TCU sobre compras relacionadas à Covid-19: Robôs rastreiam diariamente informações referentes a licitações e contratações. Já foram autuados 22 processos em valores que superam R\$ 220 milhões. Tribunal de Contas da União, 17 ago. 2020. Disponível em: [\[https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/inteligencia-artificial-auxilia-fiscalizacao-do-tcu-sobre-comp\]](https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/inteligencia-artificial-auxilia-fiscalizacao-do-tcu-sobre-comp) Acesso em: 02.07.2021.

SMANIO, Gianpaolo Poggio; NUNES, Andréia Regina Schneider; KIBRIT, Orly. Transparência pública: construção da cidadania na sociedade da informação. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 1022, dez. 2020. Disponível em: [\[https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/39178\]](https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/39178). Acesso em: 25.06.2021.

SOLON MARQUINHO NOBRE, E.; COELHO AGUIAR, S. Lei 13.979/2020 (LGL20201068) e o regime emergencial da dispensa de licitação do coronavírus. Revista Controle – Doutrina e Artigos, v. 18, n. 2, p. 77-108, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v18i2.631>. Disponível em: [\[https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/32\]](https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/32). Acesso em: 24.06.2021.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Recomendações para transparência de contratações emergenciais em resposta à Covid-19. Disponível em: [<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-e> Acesso em: 27.06.2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TCU e Transparência Internacional lançam guia de recomendações para contratações emergenciais em razão da Covid-19. Disponível em: [<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-e-transparencia-internacional-lancam-guia-de-recomen> Acesso em: 27.06.2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Centro de Apoio ao Direito Público. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei no 14.133/2021. São Paulo, 17 maio 2021. Disponível em: [<https://www.tjsp.jus.br/Download/SecaoDireitoPublico/Pdf/Cadip/Esp-CADIP-Nova-Lei-Licitacoes.pdf>]. Acesso em: 30.06.2021.

VALENTE, Jonas. Órgãos públicos usam inteligência artificial para combater corrupção: A tecnologia é usada para verificar contratos e licitações. Agência Brasil. Brasília, 3 ago. 2018. Disponível em: [<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/orgaos-publicos-usam-inteligencia-artificial-par> Acesso em: 30.06.2021.

VINHAS, Ana. Em um ano, PF abre 931 inquéritos sobre fraude do auxílio: Desde o início do programa, em abril de 2020, foram realizadas 332 operações, 44 prisões e R\$ 1 milhão de bens apreendidos. R7 Brasil: Economia. Brasil, 15 maio 2021. Disponível em: [<https://noticias.r7.com/economia/em-um-ano-pf-abre-931-inqueritos-sobre-fraude-do-auxilio-1505202> Acesso em: 02.06.2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)]. Acesso em: 27.06.2021.

BRASIL. Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020 (LGL20202715). Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (LGL2000211), a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem 93, de 18 de março de 2020 (LGL20202478). Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm)]. Acesso em: 25.06.2021.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (LGL199378). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)]. Acesso em: 23.06.2021.

BRASIL. Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (LGL20201068). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/13979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/13979.htm)]. Acesso em: 22.06.2021.

BRASIL. Lei 14.133, de 10 de abril de 2021 (LGL20214412). Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm)]. Acesso em: 27.06.2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Auxílio Emergencial. Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>]. Acesso em: 01.07.2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-COVID-19>]. Acesso em: 06.07.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: [<https://COVID.saude.gov.br>]. Acesso em: 06.07.2021.

## Publicado

---

2022-01-10

## Como Citar

---

PIRATELLI, J. P. M.; NASCIMENTO NETO, J. O. do . Tecnologia e inovação na gestão pública: enfrentamento de crises com transparência e participação popular no âmbito da Lei nº 13.979/2020: Technology and innovation in public management: facing crises with transparency and popular participation under Law No. 13,979/2020. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | RDAI**, São Paulo: Thomson Reuters - Livraria RT, v. 6, n. 20, p. 69–94, 2022. DOI: 10.48143/rdai.20.jp.piratelli. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/piratelli20>. Acesso em: 14 fev. 2022.

## Edição

---

v. 6 n. 20 (2022).

## Seção

---

Direito Administrativo: Licitação e Contratos Administrativos

## Licença

---



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

(CC BY-NC-ND)

Este é um resumo (e não um substituto) da [licença](#)

Regras para publicação

Diretrizes Editoriais

Direitos e Deveres

Errata e Retratação

Preservação e Plágio

Revisão e Avaliação